

AÇÕES GLOTOPOLÍTICAS EM SANTA MARIA DE JETIBÁ – ES: EM EVIDÊNCIA A LÍNGUA POMERANA

Leticia Mazzelli Lourenço Rodrigues

Orientadora: Mônica Maria Guimarães Savedra

Dissertação recente

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo apresentar algumas das discussões feitas na dissertação de mestrado intitulada “Ações glotopolíticas em Santa Maria de Jetibá -ES: em evidência a língua pomerana” em que analisamos e discutimos as ações glotopolíticas, que ocorrem e/ou interferem no município de Santa Maria de Jetibá-ES (SMJ), através de um percurso histórico que se inicia em 1859, data da chegada dos primeiros imigrantes oriundos da Pomerânia na região estudada. O local selecionado para nosso trabalho é um dos seis municípios no Espírito Santo onde a língua pomerana é cooficializada e falada diariamente. O trabalho se desenvolve à luz da Sociolinguística, mais precisamente nos âmbitos da Glotopolítica (GUESPIN & MARCELLESI, 1986; LAGARES, 2011). Como aporte teórico, utilizamos os estudos de Políticas Linguísticas de Calvet (2002, 2007) e Bagno (2017). Também lançamos mão de pesquisas que discutem o Contato Linguístico e seus efeitos, a partir das perspectivas de Thomason (2001), Muysken (2013) e Mufwene (2016). Com base nos estudos Bauman (2005) e Silva (2014) exploramos as questões de identidade para relacionarmos às de políticas linguísticas. A fim de lançar um olhar crítico ao objeto de estudo, adotamos uma pesquisa de cunho qualitativo, com análise documental e bibliográfica. Observamos que as ações glotopolíticas ocorrem por diferentes motivações de cunho social, político e linguístico e influenciam positiva e/ou negativamente o uso da língua pomerana no município. As ações glotopolíticas, ocorridas em SMJ, são realizadas por diversos agentes ao longo do tempo, dentre eles, ressaltamos a comunidade de origem pomerana, a Igreja Luterana e o Estado Brasileiro. Por fim, destacamos o papel exercido pela comunidade de origem pomerana no desenvolvimento de ações glotopolíticas em prol da língua, oferecendo resistência ao promover ações que objetivam a manutenção e revitalização linguísticas.

PALAVRAS-CHAVE: língua pomerana; glotopolítica; políticas linguísticas; contato linguístico.

Considerações iniciais

No Brasil, políticas linguísticas realizadas pelo Estado estiveram por muito tempo associadas à uma ideologia monoglôssica, em que apenas uma língua poderia ser a oficial: a língua portuguesa. Vinculadas às instâncias de poder, essas políticas linguísticas exerceram, em

diferentes momentos históricos, pressão linguística, social e política em diversas línguas minoritárias presentes em território brasileiro, promovendo o apagamento de línguas indígenas, de matrizes africanas e de imigrantes. Enquanto algumas línguas foram eliminadas do repertório linguístico brasileiro por políticas linguísticas regulatórias, como as implementadas durante a Campanha de Nacionalização do governo de Getúlio Vargas, outras resistiram a essas imposições. Hoje, algumas dessas línguas passam por processos de revitalização e manutenção através da criação de políticas linguísticas, como os processos de cooficialização.

É na discussão sobre os diversos conflitos linguísticos, pluralidade de línguas e de etnias que nossa dissertação de mestrado está inserida. Santa Maria de Jetibá (SMJ), município selecionado para nosso trabalho, está localizado na região serrana do estado do Espírito Santo (ES) e teve uma projeção de 39.849 habitantes para 2018 pelo (IBGE, 2018). O referido município é exemplo de território marcado por conflito linguístico, e descrito como o “município mais pomerano do Brasil”, pelo site de sua prefeitura (SANTA MARIA DE JETIBÁ, 2018). A influência pomerana no município se iniciou a partir de 1859, quando imigrantes advindos da Pomerânia¹ chegaram ao Brasil e trouxeram, ao território brasileiro, a língua pomerana. Atualmente, a língua ainda é transmitida geracionalmente e é utilizada no seio familiar, no comércio, na lavoura e em diversos outros contextos de uso pela população local, resistindo ao contato linguístico (CL) com a língua portuguesa.

Sua transmissão geracional, a utilização diária pela população local e o engajamento político da comunidade, tornaram possível a institucionalização do uso da língua através da lei nº 1136 de 2009 que dispõe sobre a cooficialização do pomerano no município de SMJ (SANTA MARIA DE JETIBÁ, 2009). Contudo, até alcançar o *status* de língua cooficial no município, crucial para o atual cenário vivido pelos falantes da língua pomerana em SMJ, diversas ações e práticas linguísticas foram realizadas, seja por indivíduos, pela comunidade, pela Igreja e/ou pelo Estado. Assim, por meio de um percurso histórico que se inicia em 1859, data da chegada dos primeiros imigrantes no município selecionado, investigamos as ações glotopolíticas que ocorrem e/ou interferem na região que hoje se situa SMJ. Para isso, o projeto se desenvolve à luz da Sociolinguística, mais precisamente aos estudos relacionados à

¹¹ Situada no que hoje é a fronteira norte entre a Alemanha e Polônia, às margens do Mar Báltico, o território da Pomerânia era dividido entre Pomerânia Ocidental - *Vorpommern* - e Pomerânia Oriental - *Hinterpommern* -. Com a derrota da Alemanha e o fim da II Guerra Mundial em 1945, a Pomerânia Oriental é anexada à Polônia, território até hoje polonês, e a Pomerânia Ocidental passa a fazer parte da República Democrática Alemã, sob domínio da União Soviética, mais tarde, com a reunificação alemã em 1990, *Vorpommern* foi incorporada ao atual estado de Mecklenburgo-Pomerânia Ocidental, na atual Alemanha.

Glotopolítica, às Políticas Linguísticas e ao Contato Linguístico (CL). O trabalho também utiliza os Estudos Culturais vinculados às questões de identidade, pois são pertinentes para os estudos de políticas linguísticas identitárias.

A motivação para esse estudo se originou durante a graduação de Letras Português – Alemão (UFF), ministrada pela professora Mônica Savedra, na disciplina de “Pesquisa e Prática de Ensino IV”, onde houve o contato com publicações sobre as atuais políticas linguísticas voltadas para o ensino da língua pomerana no ES. Posteriormente, durante o mestrado, nos aproximamos dos estudos relacionados à glotopolítica durante a disciplina ministrada pelos professores Xoán Lagares e Marcos Bagno, “Glotopolítica e norma linguística”, que deram aporte à nossa pesquisa. Houve também motivações pessoais para a realização deste trabalho, a ancestralidade pomerana propiciou o surgimento de inquietações relacionadas ao uso do pomerano nas comunidades onde a língua ainda é utilizada. Esse percurso nos direcionou ao nosso objeto de estudo: as ações glotopolíticas relacionadas à língua pomerana em SMJ.

Posto nosso objeto de estudo, surgiram algumas indagações: quais são as ações glotopolíticas identificadas no território onde hoje é SMJ a partir de 1859, data do início da imigração pomerana na região? Quais são os fatores históricos que influenciam tais ações? Quais são os agentes glotopolíticos responsáveis por essas ações? Para respondermos essas perguntas de pesquisa, foi realizada uma pesquisa de cunho qualitativo e descritivo do contexto social, histórico, político e linguístico de SMJ. Para isso, realizamos análise documental e bibliográfica de registros e relatos históricos, leis, decretos e páginas de internet. Também realizamos uma visita ao município em julho de 2017 para a observação de práticas linguísticas atuais e coleta de materiais para análise. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Os primórdios da comunidade pomerana em Santa Leopoldina: língua pomerana e situações iniciais de CL

Como resultado da política de imigração do governo brasileiro na metade do século XIX, inúmeras famílias pomeranas foram atraídas com promessas de terra e trabalho no Brasil. De acordo com Rölke (1996, p. 91), a partir do ano de 1859 os primeiros imigrantes pomeranos chegaram ao Espírito Santo na colônia de Santa Leopoldina, onde hoje, parte do território

pertence à SMJ². Chegados ao Espírito Santo, os pomeranos se depararam com inúmeras dificuldades no novo território: terras acidentadas, matas fechadas, falta de assistência médica, problemas com a língua portuguesa, além de dívidas com o governo brasileiro, faziam parte da realidade dos pomeranos. Estabelecidos em uma região montanhosa, isolada e de difícil acesso, Martinuzzo afirma que “a esse povo não restou alternativa que não fosse o fortalecimento comunitário” (MARTINUZZO, 2009, p.61).

Além dos imigrantes pomeranos, outros imigrantes também se faziam presentes no local, como os de origem suíça, luxemburguesa, tirolesa entre outros. Segundo Jacob (1992, p.18), o número dos imigrantes de outras origens era tão insignificante perto do grande número de imigrantes pomeranos que logo assimilaram a cultura pomerana.

Seibel (2010) também discorre sobre o predomínio da língua pomerana nas colônias de imigrantes germânicos, ocorrido principalmente com o intercâmbio entre diferentes comunidades e o surgimento de possibilidades de casamento. Como o grupo dos pomeranos era o majoritário, acabaram por “absorver a população dos outros grupos minoritários de procedência germânica, holandesa, suíça e austríaca” (SEIBEL, 2010, p.166). Ambos os fatores, o grande número de imigrantes pomeranos nas colônias e a assimilação da língua por outros imigrantes são apontados por Tressmann (2005) como favoráveis à manutenção do idioma até hoje.

De acordo com os estudos de Muysken (2013), o caráter interacional é suficiente para caracterizar uma situação de CL, como a observada acima. Desta forma, assim como destacado por Seibel (2010), a população pomerana a todo momento esteve em meio a situações de CL com outras línguas.

A Igreja Luterana e a língua alemã na educação e em contexto religioso

A ausência do governo brasileiro nas áreas da saúde e educação era notória nas colônias pomeranas na segunda metade do século XIX. Em uma tentativa inicial de solucionar a questão da falta de escolas e professores, Wagemann (1915) aponta que muitos colonos pomeranos ensinavam o pouco que sabiam às crianças em casa, o que fez com que quase toda a segunda geração de colonos cresceu sem receber instrução escolar formal.

² À época da colonização, o território onde atualmente se encontra o município de SMJ pertencia à Colônia de Santa Leopoldina, mais tarde sendo instituído como município. SMJ foi levado à categoria de município no dia 6 de maio de 1988, ao se desmembrar de Santa Leopoldina através da Lei Estadual nº 4.067 (IBGE, 2016)

A partir do ano de 1857 o conselho Superior Eclesiástico da igreja Territorial da Prússia passou a enviar pastores para o ES, e Campinho, localidade onde hoje é o município de Domingos Martins, recebeu seu próprio pastor, como mencionado por Rölke (2016, p.370-371). A partir desta data, diversas colônias germânicas passaram a receber pastores alemães em suas comunidades e em 1882 foi inaugurada e a primeira igreja-escola em território onde hoje localiza-se SMJ (IBGE, 2016). Com a chegada dos primeiros pastores, a situação da educação formal dos colonos mudou. Foram criadas escolas comunitárias paroquiais, que eram escolas particulares mantidas pela própria comunidade. O papel de educador era direcionado aos pastores, que se ocupavam tanto do ensino formal das crianças, como do ensino confirmatório, o que de acordo com Bahia (BAHIA, 2011 [2000], p. 171), fez surgir uma fusão entre ambos os ensinamentos. Além de desempenhar o papel de professor, o pastor também exercia várias outras funções e era uma das figuras mais importantes na comunidade: “o pároco não era apenas o pastor de almas, mas também o professor, o médico e uma espécie de prefeito, por ser a única pessoa que possuía instrução superior na colônia” (OLIVEIRA, 2004, p.40). Desta forma, a Igreja Luterana passou a exercer grande influência entre os colonos, que, por sua vez, eram de maioria luterana.

A dificuldade das crianças pomeranas e descendentes dos primeiros imigrantes pomeranos a aprender alemão e também a não compreensão do português, podem ser observados em diversos relatos, como por exemplo, os de Soboll, um professor-pastor que narra sua atuação em comunidades pomeranas no Espírito Santo a partir do ano de 1929. Soboll, (2011 [1929] apud KOELER, 2016, p. 53-54) destaca que as crianças que frequentavam as escolas não compreendiam a língua portuguesa, tão pouco a alemã, que era utilizada em âmbito escolar. Destacamos um trecho da obra de Wernicke (2013 [1910]) onde há um relato sobre o contexto linguístico escolar à época e a função das línguas alemã e portuguesa na comunidade:

Fala-se na escola apenas o alto-alemão; se necessário, o colono tem de aprender o idioma nacional no contato direto com as pessoas. No Tribunal de Justiça, ele precisa aceitar um intérprete, mesmo achando que entende suficientemente o idioma nacional, pois, afinal este também quer ganhar alguma coisa! (WERNICKE, 2013[1910], p.10).

A atuação da Igreja Luterana no contexto educacional fez com que a língua alemã, utilizada pelos pastores, fosse inserida na comunidade pomerana e passasse a fazer parte da transmissão de conteúdo formal e religioso. Estabelecia-se então o CL nas comunidades entre

as línguas alemã e pomerana, cada uma destinada a uma situação diferente e, também, uma relação de diglossia ampliada, assim como proposta por Fasold (1996). Em casa, verificava-se o uso do pomerano, e em contextos formais, como a escola e igreja, o uso do alemão, já o português, era utilizado em situações escassas, como no raro contato com brasileiros ou quando o material bilíngue era utilizado nas escolas. A imposição do idioma alemão é vista em diversos momentos da história da comunidade, onde a língua de maior *status* é utilizada como instrumento de saber, reservando a língua pomerana, amplamente difundida nas colônias do ES, aos contextos mais informais. As crianças que frequentavam as escolas eram forçadas a serem alfabetizadas em alemão, língua diferente da que era aprendida em seio familiar.

O ensino oferecido pela Igreja Luterana foi, entre outros fatores, também motivado pela indiferença do Estado brasileiro com os colonos. Ainda que com a dissolução do império brasileiro, a instauração da República em 1889 e o fato de que a Constituição de 1891 apresente algumas mudanças na organização política, social e econômica, o descaso com os colonos permaneceu. Acerca deste fato, Manske (2015 [2013]) aponta que a Constituição de 1891 isentou o governo federal das obrigações relacionadas ao ensino primário, sendo este papel dos estados e municípios. Assim, “a precariedade do fomento educacional por parte da administração estatal motivou a permanência da educação particular” (MANSKE, 2015 [2013], p. 49), sendo esta majoritariamente, em SMJ, realizada pela Igreja Luterana e mantida pela comunidade.

Acerca da utilização da língua alemã pela Igreja Luterana em contexto religioso, Bahia destaca que “nos quadros hierárquicos da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), havia a preocupação com a preservação da língua alemã como forma de manutenção da religião luterana” (BAHIA, 2011 [2000] p. 22). Assim, a língua alemã representava um dos mais importantes traços de identidade ligados ao luteranismo.

Silva (2014) menciona em seus estudos que a identidade está estreitamente relacionada com a língua, criando a ligação com o indivíduo, ou quando o indivíduo expressa sua identidade. No caso da Igreja Luterana, essa marcação identitária ocorria pela utilização da língua alemã durante os cultos e rituais religiosos. Ao instituir o uso da língua alemã em contextos formais na comunidade de origem pomerana, a Igreja Luterana foi um importante agente glotopolítico, pois lança mão de seu poder para promover a manutenção da identidade religiosa, alicerçado na população de maioria luterana, através da língua. A influência do alemão foi tão presente na comunidade de origem pomerana, que a língua permaneceu entre

alguns dos habitantes mais idosos, como verificado nos estudos realizados por Bremenkamp (2014). Apesar da forte influência do idioma alemão, principalmente nos anos iniciais da imigração, verificamos nos relatos de Granzow (2009 [1975]), um pesquisador de origem pomerana, que mais de uma vez, ao realizar palestras em língua alemã, observou que não havia praticamente qualquer comoção por parte dos pomeranos, e quando relatava o mesmo fato em língua pomerana a comoção era geral, o que demonstrava o não entendimento do alemão pelos ouvintes da palestra.

A não compreensão da língua pelos pomeranos, que também foi relatada por Soboll (2011 [1929], apud Koeler 2016), nos permite inferir que ambas as línguas, apesar de serem de base germânica, são inteligíveis por seus falantes. Em suas entrevistas, Seibel (2010, p.234) também encontra relatos da não inteligibilidade por parte da população local em relação à língua alemã. Um de seus entrevistados afirma que a língua alemã era complicada e como o culto era todo em alemão, era de difícil compreensão.

Como visto acima, a Igreja Luterana favoreceu a manutenção do alemão e implementou o ensino formal nas comunidades pomerana. Com as primeiras intervenções do Estado brasileiro na educação e na proibição do uso de línguas de imigrantes, o papel desempenhado pela Igreja Luterana sofreu alterações dramáticas, pois também se tratava de uma influência “estrangeira” para as ações governamentais de viés nacionalista.

As limitações impostas às línguas de imigrantes

De acordo com Seyferth (1999) as primeiras intervenções formais do Estado ocorreram em escolas de imigrantes durante os anos de 1917 a 1919, principalmente nas escolas chamadas de “alemãs”. No ES, foi a partir do ano de 1916, no governo de Bernardino de Souza Monteiro, que alguns limites ao ensino realizado nas escolas paroquiais foram observados, como por exemplo, a imposição do ensino de língua portuguesa:

“[...] as escolas estrangeiras, principalmente as da região montanhosa do estado, começaram a ser submetidas à fiscalização da Inspeção Geral do Ensino, e o ensino de língua portuguesa nessas escolas tornou-se então obrigatório (ZUNTI, 2008, p,28 apud MANSKE 2015 [2013], p. 52).

Essa situação perdurou até a década de 20 e 30 do século XX com o avanço do programa nacionalista brasileiro.

Com a disseminação de um ideário nacionalista, Getúlio Vargas assume o governo provisório em 1930, anunciando o programa de reestruturação nacional. Mais tarde, em 1937, deflagra o Estado Novo, governando com amplos poderes e promovendo reformas políticas, econômicas e educacionais que tinham por objetivo fortalecer a unidade nacional brasileira. Para o Estado Novo, a identidade nacional dependia de uma nação hegemônica e as colônias de imigrantes eram claramente um problema para o governo. Assim, instituiu-se a Campanha de Nacionalização, que correspondia a uma série de medidas, dentre elas ações glotopolíticas que buscavam o controle e a integração dos imigrantes e seus descendentes junto à população brasileira. Em um primeiro momento da campanha, voltado ao ensino, Vargas deu ênfase a um nacionalismo centralizador, buscando a unificação escolar por meio da padronização, combatendo qualquer ação que fugisse à ideia de pátria brasileira, o que incluía as escolas e línguas de imigrantes. No Decreto 406 de maio de 1938 (BRASIL, 1938), Getúlio ordenou que os materiais usados nas escolas fossem em português, que as escolas fossem sempre regidas por brasileiros natos, que em zonas rurais não fosse permitida a publicação de materiais como livros, jornais e revistas em idioma estrangeiro sem permissão do Conselho de Imigração e Colonização, e a publicação de qualquer material em língua estrangeira ficasse sujeita à aprovação do Ministério da Justiça. Além disso, o Decreto proíbe o ensino de língua estrangeira para menores de 14 anos.

Aliada às mudanças profundas nas estruturas do governo realizadas por Vargas, que obrigavam a adequação dos imigrantes e seus descendentes à nacionalização, a eclosão da Segunda Guerra Mundial serviu para intensificar forte oposição aos estrangeiros, principalmente os de origem germânica (SEYFERTH, 1999). Assim, os imigrantes agora teriam que seguir, compulsoriamente, a Campanha de Nacionalização de Vargas.

Um dos pontos mais significativos da Campanha de Nacionalização era o fortalecimento da identidade nacional através da língua portuguesa, imposta pelo Estado como língua oficial (BOURDIEU, 1996). Segundo Bauman (2005), o conceito de *identidade nacional* é construído pelo Estado e determina uma comunidade nacional coesa onde há uma vigilância constante. Cuidadosamente construída, objetiva o “direito monopolista de traçar uma fronteira entre ‘nós’ e ‘eles’” (BAUMAN, 2005, p.28). O autor ainda acrescenta que a identidade nacional “só permitiria ou toleraria essas outras identidades se elas não fossem suspeitas de colidir [...] com a irrestrita prioridade da lealdade nacional” (BAUMAN, 2005, p.28). Sendo

assim, as línguas dos imigrantes representavam uma ameaça à identidade nacional brasileira, indo contra os interesses do Estado.

Em contexto global, o fim da Segunda Mundial em 1945 teve como consequência as delimitações territoriais realizadas a partir da Conferência de Potsdam. Iniciava-se assim, mais um novo capítulo para o pomeranos, pois se havia algum referencial de território original, este foi desfeito com a divisão da Antiga Pomerânia.

Após o final da Segunda Guerra, de acordo com Manske (2015 [2013]), muitas escolas comunitárias voltaram a funcionar no ES sendo dirigidas pela Igreja Luterana. Mas as consequências da desastrosa política de nacionalização no ES foram graves. A autora relata que a partir da década de 1950 as taxas de analfabetismo entre a população rural adulta do ES eram bastante altas, o que foi ocasionado pela alta evasão escolar na década de 1930. Com este cenário, as línguas alemã e pomerana seguiram sendo utilizadas pela população de forma similar à que ocorria antes da implementação da Campanha de Nacionalização: ao pomerano, era reservado o uso no cotidiano, na lavoura em seio familiar, à língua alemã era reservada à utilização nas igrejas e em contextos mais formais.

A partir do ano de 1967, com o golpe militar, as línguas de imigrantes passaram, mais uma vez, por um período conturbado. É neste cenário, que em 1971 foi sancionada a lei de número 5.692/71³, a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que assim como na Campanha de Nacionalização, ignorava o contexto plurilíngue brasileiro. Manske (2015 [2013]) aponta que no ES o militarismo acompanhou as características nacionais e os estrangeiros e seus descendentes, representavam uma ameaça à segurança nacional. A proibição da língua pomerana se fazia presente nas escolas públicas e a língua portuguesa era mais uma vez imposta juntamente com as demais propostas nacionais de educação, como a disciplina educação moral e cívica e, a partir de 1969, a inclusão de pastores luteranos brasileiros nas comunidades pomeranas. O fim das escolas comunitárias, segundo Manske (Op.cit.) partiu dos pais, que já não mais poderiam pagar por um ensino custoso. Além disso, a autora menciona que a figura do pastor brasileiro frente à comunidade pomerana permitiu o início da desagregação da religião do contexto escolar. Foi a partir do contexto de imposição de uma língua nacional, iniciada com a Campanha de Nacionalização de Getúlio Vargas, e perpetuada

³ Cf. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>

através dos anos seguintes, com o regime militar, que se intensifica o preconceito linguístico enfrentado pela língua pomerana.

O preconceito linguístico sofrido pelos falantes da língua pomerana

Na década de 1970, época em que vigorava o regime militar, Klaus Granzow visitou algumas colônias pomeranas no ES. Granzow descreve que alguns falantes do pomerano sentem vergonha de suas línguas por não serem línguas oficiais: “[...] muitas vezes se sentiam envergonhados ao falarem o pomerano em público, por não ser um idioma oficial, como o alemão, ou o português, pois sequer era uma língua escrita” (GRANZOW, 2009 [1975]). Diante deste relato, podemos observar o que políticas linguísticas *in vitro* (CALVET, 2002) proibitivas podem ocasionar a uma língua. A atitude negativa de sua própria língua, originando um sentimento de inferiorização linguística, são algumas das marcas deixadas pela proibição das línguas de imigrantes. O discurso de que o “pomerano é um dialeto do alemão” (DETTMANN, 2014; BREMENKAMP, 2014), era alimentado pela imposição linguística realizada pela Igreja Luterana, pois a língua alemã era a língua de *status*, diretamente ligada à Igreja, além de ser a língua oficial do Estado alemão. O lugar que cabia ao pomerano, era o de uma variedade minorizada, um “dialeto” de uma língua oficial. Sobre ser “dialeto do alemão”, estudos como os de Tressman (2005, 2009) já contestam essa errônea classificação.

Como proposto por Thomason (2001), a discriminação pela língua é um dos efeitos negativos que podem decorrer a partir do CL. Mufwene (2016), também aborda os efeitos negativos do CL quando menciona a “competição de línguas”, que vem à tona em situações em que línguas coexistentes são classificadas desigualmente pelas pessoas, como demonstrado no sentimento de vergonha por falar o pomerano, ou ainda, com a classificação popular pejorativa de dialeto, dada à língua pomerana. Mufwene (Op.cit) ainda afirma que a “competição de línguas”, ocorre através de classificações meramente sociais e não se relaciona com as estruturas das línguas e sim, com as atitudes linguísticas, com o poder socioeconômico e político a elas vinculados. Assim, fatores como o CL entre as línguas pomerana, alemã e portuguesa, a proibição da língua pomerana no Brasil em diferentes momentos, a classificação da língua como um *dialeto* de uma língua oficial, favorecendo a uma competição de línguas (MUFWENE, 2016), corroboraram à imagem negativa da língua e uma visão inferiorizada quando comparada à língua portuguesa e à alemã, línguas de prestígio. Resultado da imagem negativa vinculada a língua pomerana, autores como Seibel (201) e Bremenkamp (2014)

afirmam que muitos pais, que sofreram preconceito linguístico pelo uso do pomerano, escolheram não passar o pomerano adiante, pois não gostariam que seus filhos vivessem as mesmas experiências negativas que tiveram relacionadas à língua. Assim, a partir de 1970, gradativamente, a língua portuguesa passou a ser mais utilizada nas colônias (SEIBEL, 2010, p. 415). Contudo, mesmo após as proibições linguísticas, com o preconceito linguístico e o CL com o português aumentando expressivamente, a língua sobreviveu no cotidiano da comunidade através da manutenção de práticas e costumes linguístico-culturais.

O CL e a resistência das práticas linguístico-culturais

Como visto anteriormente, a Campanha de Nacionalização do governo Getúlio Vargas desempenhou uma ruptura nas práticas linguísticas da comunidade. A partir desse momento, o CL entre as línguas pomerana, alemã e portuguesa se acentuou, e fez com que a imagem da língua portuguesa fosse alterada. Na época da imigração, a imagem negativa do governo brasileiro, acompanhava a imagem negativa da língua portuguesa entre os pomeranos. Agora, de acordo com Bahia (2011[2000]), a língua portuguesa era sinônimo de ascensão social e de prestígio. Outra questão apontada para o crescente uso da língua portuguesa, foi com a chegada da televisão e do rádio. Seibel (2010, p.416) destaca que esses novos meios de comunicação fizeram com que aos poucos, a língua portuguesa fosse adotada como o idioma do cotidiano, principalmente nas áreas urbanas da colônia. Com isso, vemos também uma ruptura da enorme influência que o alemão exercia na comunidade até então.

A partir da década de 1980, Küster (2015) afirma que houve um processo de reavivamento e valorização da língua e cultura pomeranas, ou seja, o que Bagno (2017) chama de atitudes positivas da comunidade em relação à língua, que produzem efeitos em contexto social. Desse movimento, originaram-se tentativas de escrita da língua pomerana feitas pela própria comunidade pomerana, como as escritas inicialmente feitas em cartas enviadas ao jornal *O Semeador* em 1980 e nos materiais didáticos confeccionados por Marineuza Waiandt na década de 1990. Em 2006 Ismael Tressmann lança o Dicionário Enciclopédico pomerano-português que representa o ápice das propostas de escrita feitas por membros da comunidade pomerana.

A escrita da língua também favoreceu outras movimentações favoráveis à manutenção, como a inclusão da língua pomerana na grade curricular das escolas onde o pomerano é falado realizado pelo Programa Escolar de Educação Pomerana (PROEPO) e

também fundamentaram a Lei nº 1136 de 26 de junho de 2009 (PREFEITURA DE SANTA MARIA DE JETIBÁ, 2009) que cooficializa a língua no município.

Além disso, outras práticas também realizadas pela comunidade falante do pomerano, provêm a manutenção da língua lançando mão de ferramentas tecnológicas, como programas de rádio feitos em língua pomerana, “Ümer Lustig” e “Pomerisch r@dio un TV”; jornal Folha Poemrana, que traz contribuições em três línguas: português, pomerano e alemão; aplicativos de celular “Aprenda pomerano” e o aplicativo da rádio “Pomerisch r@dio un TV”; grupo de whatsapp “pomeranos no Brasil” que tem por objetivo colocar descendentes de pomeranos e pesquisadores da língua em contato e, finalmente, filmes em língua pomerana disponíveis no YouTube.

Discussão final

Pensar na trajetória da língua pomerana no ES, é pensar, antes de tudo, em um *continuum* que é anterior à sua chegada ao Brasil com inúmeras influências externas e internas à língua. Por isso, concordamos com Lagares (2011, p.123) quando afirma que “a problemática política das línguas está sujeita a variáveis sociais numerosas e mutáveis”, o que ajuda a dimensionar a complexa tarefa à qual nos propomos. Buscamos neste estudo, que representa somente uma pequena parte de nossa dissertação, discutir quais foram as ações mais significativas para a comunidade de origem pomerana no município escolhido, que ajudaram, crucialmente, no atual panorama linguístico de SMJ.

Ao longo de nosso trabalho, verificamos a importância da perspectiva glotopolítica de análise, pois nos forneceu ferramentas necessárias para compreender as ações de resistência linguística comunitárias, resultantes na manutenção da língua no município. Concordamos com Blanco (2016), quando aponta que a análise glotopolítica, não reduz o objeto de estudo às políticas institucionalizadoras realizadas pelo Estado, pelo contrário, permite incluir ações dinâmicas e heterogêneas, como as realizadas pela comunidade de origem pomerana ao longo dos anos. Desta forma, entendemos que as ações glotopolíticas são mutáveis diacrônica e sincronicamente por agentes glotopolíticos que podem atuar de forma favorável ou negativa em uma língua. Neste caso, vimos diferentes agentes glotopolíticos, formados por grupos distintos, como a comunidade pomerana, o Estado brasileiro e Igreja Luterana e, também, por indivíduos, como Marineuza Waiandt e Ismael Tressmann. Vimos também que foram diversas as ações glotopolíticas em SMJ desde 1859, dentre elas, destacamos: a) a imposição linguística, tanto da

língua alemã, realizada pela Igreja Luterana quanto da língua portuguesa, realizada pelo Estado brasileiro em diferentes épocas que resultaram em preconceito linguístico; b) o preconceito linguístico; c) as ações de resistência linguística realizadas pela comunidade ao elaborarem tentativas de escrita que mais tarde se desenvolveram para formulação da proposta de escrita de Ismael Tressmann com o Dicionário Enciclopédico pomerano-português; d) a implementação do PROEPO, que permitiu a aprendizagem da língua pomerana na escola; e) a lei de cooficialização da língua pomerana; e, f) a utilização de aparatos tecnológicos para a divulgação e prática da língua pomerana.

A partir dos resultados obtidos, observamos que cada uma dessas ações glotopolíticas podem ser objetos de análises mais extensas em estudos futuros, principalmente aos relacionados à sociolinguística, que dissertem sobre a situação de línguas minoritárias.

Fica claro, ao longo de nossa pesquisa, que as práticas linguístico-identitárias permaneceram como forma de resistência à hegemonia linguística das línguas alemã e portuguesa, línguas de prestígio. Apesar da pressão que essas línguas exerceram na língua pomerana, hoje, essa língua ocupa um espaço que há 100 anos atrás era impossível de se estar, dentro da escola e legitimada por uma lei.

REFERÊNCIAS

- BAGNO, M. Dicionário crítico de sociolinguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.
- BAUMAN, Z. *Identidade: entrevistas a Benedetto Vecchi*. Trad. de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.
- BLANCO, A.M. *O campo glotopolítico do espanhol*. 2016. 214f. Tese de Doutorado em Estudos de Linguagem. UFF – Niterói.
- BOURDIEU, P. *A economia das trocas lingüísticas. O que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1996.
- BRASIL. Decreto n. 406, de maio de 1938. *Dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional*. Diário oficial da União, 1938. Disponível em: [\[www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-publicacaooriginal-1-pe.html\]](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-publicacaooriginal-1-pe.html) Acesso em: 17 out. 2018.
- BREMENKAMP, E.S. *Análise Sociolinguística da manutenção da língua pomerana em Santa Maria de Jetibá, Espírito Santo*. 2014. 291f. Dissertação. (Mestrado em Estudos Linguísticos). – UFES, Vitória.
- CALVET, L.-J. *As políticas Linguísticas*. Trad. Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen e Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial: IPOL, 2007.
- _____. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. Trad.: Marcos Marcionilo. – São Paulo: Parábola, 2002.
- DETTMANN, J. M. *Práticas e Saberes da Professora Pomerana: Um estudo de caso sobre interculturalidade*. 2014, 190f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

-
- FASOLD, R. *La sociolingüística de la sociedad: Introducción a la sociolingüística*. Tradução de Margarita España Villasante e Joaquín Mejía Alberdi. Madrid: Visor libros, 1996.
- GRANZOW, K. *Pomeranos sob o Cruzeiro do Sul: colonos alemães no Brasil*. Vitória, Espírito Santo: Arquivo público do Estado do Espírito Santo, 2009 [1975].
- GUESPIN, L.; MARCELLESI, J-B. 1986. Pour la *glottopolitique*. *Langages*, 83, p.5-34, 1986.
- IBGE. *Cidades, Santa Maria de Jetibá*. 2018. Disponível em: [<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/santa-maria-de-jetiba>] Acesso em: 10 out. 2018.
- _____. *Histórico de Santa Maria de Jetibá*. Espírito Santo, 2016. Disponível em: [<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/espiritosanto/santamariadejetiba.pdf>] Acesso em: 06 set. 2016.
- JACOB, J. K. *A imigração e aspectos da cultura pomerana no Espírito Santo*. Vitória: Departamento Estadual de Cultura, 1992.
- KOELER, E. *Uma professora pomerana e sua comunidade*. 2016, 202f. Dissertação. (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.
- KUSTER, S. B. *Cultura e língua pomeranas: um estudo de caso em uma escola do ensino fundamental no município de Santa Maria de Jetibá – Espírito Santo – Brasil*. 2015, 255f. Dissertação. (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.
- LAGARES, X. O galego em seu labirinto: breve análise glotopolítica. *Letras*, Santa Maria, v. 21, n. 42, p. 97-128, jan./jun. 2011.
- MANSKE, C.M.R. *Pomeranos no Espírito Santo: história de fé, educação e identidade*. Vila Velha, ES: Gráfica e Editora GSA, 2015.
- MARTINUZZO, J. A. *Germânicos nas terras do Espírito Santo*. Tradução de Helmar Reinhard Rölke. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 2009.
- MUFWENE, S.S. Ecologia da língua: algumas perspectivas evolutivas. *Ecolinguística: revista brasileira de ecologia e linguagem*. v.2. n.1, p.18-40. 2016.
- MUYSKEN, P. Language contact outcomes as the result of bilingual optimization strategies. In: *Bilingualism: language and cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, v.16, n.4, p.709-730.
- OLIVEIRA, E. A. *Memórias pomeranas: a reconstrução da land*. 2004, 100f. Dissertação. (Mestrado em Memória Social e Documento). UNIRIO, Rio de Janeiro.
- RÖLKE, H. R. *Descobrendo raízes: aspectos geográficos e culturais da Pomerânia*. Vitória: UFES. Secretaria de Produção e Difusão Cultural, 1996.
- _____. *Raízes da imigração alemã. História e cultura alemã no Espírito Santo*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016
- SANTA MARIA DE JETIBÁ. *Lei nº 1136 de 26 de junho de 2009*. Dispõe sobre a cooficialização da língua pomerana no município de Santa Maria de Jetibá, estado do Espírito Santo Disponível em: [<http://www.legislacaocompilada.com.br/santamaria/Arquivo/Documents/legislacao/html/L11362009.html>] Acesso em: 10 ago. 2016.
- _____. *Pontos turísticos*. 2018. Disponível em: [<http://www.pmsmj.es.gov.br/portal/pontos-turisticos/>] Acesso em: 10 out. 2018.
- SEIBEL, I. *Imigrante no século do isolamento: 1870-1970*. São Leopoldo: EST/PPG, 2010.
- SEYFERTH, G. Os imigrantes e a campanha de nacionalização. In: PANDOLFI, D. C. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 199-228.
- SILVA, T.T. A produção social da identidade e diferença. In: _____. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 15.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 73-102.
- THOMASON, S. G. *Language Contact: an introduction*. Edinburgh : Edinburgh University Press, 2001.

TRESSMANN, I. *Da sala de estar à sala de baile: estudo etnolinguístico de comunidades camponesas pomeranas do estado do Espírito Santo*. 2005. 335f. Tese (Doutorado em Linguística) Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

_____. *Dicionário Enciclopédico Pomerano-Português. Pomerisch Portugijsisch Wöirbauk*. Santa Maria de Jetibá: Secretaria de Educação, 2006.

_____. Pomerano: uma língua baixo-saxônica. In: *Educação, Cultura, Sociedade. Revista da Farese*, vol. 1. Santa Maria de Jetibá. 2008. pp. 10- 21.

_____. *A co-oficialização da língua pomerana, Faculdade da região serrana*, 2009. Disponível

em:[<http://www.farese.edu.br/pages/artigos/pdf/ismael/A%20cooficializa%C3%A7%C3%A3o%20da%20L%20Pomer.pdf>] Acesso em: 2 nov. 2017.

WAGEMANN, E. *Die Deutschen Kolonisten im brasilianischen Staate Espirito Santo*. München und Leipzig, Ducken & Humblot, 1915.

WERNICKE, H. *Viagem pelas colônias alemãs no Espírito Santo: a população evangélico-alemã no Espírito Santo, uma viagem até os cafeicultores alemães em um estado tropical do Brasil*. Vitória: Arquivo Público do Espírito Santo, 2013.